



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0004505-68.2012.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Monitória - Pagamento**  
 Requerente: **Itapeva Ii Multicarteira Fide Np**  
 Requerido: **Camargo & Pedro Minimercado Ltda Me e outro**  
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

**CONCLUSÃO**

Em 07/02/2014, faço estes autos conclusos ao Dr. MILTON COUTINHO GORDO, MM. Juiz de Direito desta 1ª Vara Cível da Comarca de São Carlos. Eu, \_\_\_\_\_, Escrevente, subscrevi.  
 N. de Ordem: 470/12

**VISTOS**

**BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A.** ajuizou Ação **MONITÓRIA** em face de **CAMARGO & PEDRO MINIMERCADO LTDA ME e VALDECIR DE OLIVEIRA CAMARGO**, todos devidamente qualificados.

Aduz o autor, em síntese, que os requeridos encontram-se devendo o valor de R\$ 42.729,78, em virtude de inadimplemento contratual. Diante a inércia dos devedores e frustradas as tentativas amigáveis de solução, pede pela procedência da ação.

A inicial está instruída por documentos de fls. 05/49.

Devidamente citado, o correquerido Valdecir De Oliveira Camargo apresentou embargos, sustentando, em síntese, que: 1) assinou o contrato sem notar o que estava escrito, sem entender a responsabilidade que assumia; 2) assim, desconhece o empréstimo, e quem foi o destinatário; 3) a única sócia perdeu o controle da situação financeira da sociedade; 4) mesmo não sendo mais sócio, esta juridicamente ainda vinculado à conta; 5) assinou o contrato apenas por ser sócio da pessoa jurídica.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

No mais, rebateu a inicial e pediu pela improcedência da ação.

Sobrevieram impugnações aos Embargos às fls. 77/80.

As partes foram instadas a produzir provas (fls.81). O requerido demonstrou desinteresse na produção de provas. A requerente permaneceu inerte.

Declarada encerrada a instrução pelo despacho de fls. 85, o Requerido apresentou Razões Finais às fls. 93/95; e o Requerente apresentou Alegações Finais às fls. 97/99.

O julgamento foi convertido em diligência. Na sequência, foi deferida a substituição do polo ativo e, diante da manifestação de fls. 100, determinada nova citação da empresa requerida, o que acabou dispensado pelo despacho de fls. 123.

A fls. 124 foi certificado o transcurso *in albis* para apresentação de defesa da corré “Camargo & Pedro”.

**É o relatório.**

**DECIDO.**

A corré “Camargo & Pedro Minimercado Ltda – ME” é revel, e ante a ocorrência do efeito material da revelia presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 319, do CPC).

Embora dignas de nota, as alegações lançadas na defesa pelo corréu Valdecir não obstam a procedência do pleito.

Referido copostulado participou da avença representando a pessoa jurídica “Camargo & Pedro Minimercado Ltda – ME” e como devedor solidário.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Sabia o que estava fazendo como expressamente confessou na sua “defesa”.

Do mesmo modo, constituiu a pessoa jurídica juntamente com a então cunhada livre e conscientemente.

Mesmo tendo se retirado da sociedade em 19/04/2011 o embargante permaneceu vinculado ao contrato como “devedor solidário” e, nessa qualidade, deve responder ao reclamo.

Por fim, nenhuma prova foi feita sobre a efetiva caracterização de qualquer vício de consentimento.

Some-se, ainda, que o embargado permaneceu inerte ao despacho que o instava a produzir provas, demonstrando com isso seu desinteresse.

Sobre a necessidade de se provar o efetivo vício, ementa do TJMG, no AI 1.0024.13.235874-8/001 0453348-74.2013.8.13.0000, julgada em 31/10/2013, da relatoria da Rel. Des. Ana Paula Caixeta:

**Ementa:**

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AÇÃO ORDINÁRIA - PROFESSOR DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO - EXONERAÇÃO - PEDIDO DE ANULAÇÃO SOB ALEGAÇÃO DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO - PROVA INEQUÍVOCA CAPAZ DE CONVENCER DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO - INEXISTÊNCIA - DILAÇÃO PROBATÓRIA - NECESSIDADE - ANTECIPAÇÃO DA TUTELA – IMPOSSIBILIDADE.

E Ainda: Apel. 9168082-94.2007.8.26.0000, julgada em

**0004505-68.2012.8.26.0566 - lauda 3**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

14/03/2012, da relatoria do Rel. Des. Ferreira da Cruz:

UNIÃO ESTÁVEL – acordo visando à partilha do patrimônio comum – alegação de que se assinou em erro provocado por dolo do réu – descabimento – hipótese em que a autora, pessoa que se intitula instruída e bem informada, não provou tais vícios de consentimento, sequer pugnando pela oitiva da testemunha instrumental (...) - destaquei.

\*\*\*\*\*

Pelo exposto, **REJEITO os embargos** de fls. 35 e ss e **JULGO PROCEDENTE o pleito inicial, condenando os requeridos, CAMARGO & PEDRO MINIMERCADO LTDA ME, a pagar ao requerente, hoje, ITAPEVA II MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, a importância de R\$ 42.729,78 (quarenta e dois mil setecentos e vinte e nove reais e setenta e oito centavos), com correção monetária a contar do ajuizamento, mais juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.**

Sucumbentes, arcarão os requeridos com as custas e despesas do processo e honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor dado à causa, observado o disposto no art. 12 da Lei 1.060/50 em relação ao corréu Valdecir.

**P. R. I.**

São Carlos, 10 de março de 2014.

**MILTON COUTINHO GORDO**  
**Juiz de Direito**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**